

## Determinantes do sucesso eleitoral: uma análise das disputas para governador de 2002, 2006 e 2010<sup>1</sup>

Jaqueline Boni Ribeiro<sup>(2)</sup> e  
Vinícius Souza Ribeiro<sup>(3)</sup>

Data de submissão: 3/2/2022. Data de aprovação: 24/5/2022.

**Resumo** – Aprofundar os conhecimentos acerca dos elementos que condicionam o sucesso eleitoral no Brasil é o fator motivador desta pesquisa. A literatura sobre o tema focaliza, majoritariamente, cargos legislativos ou do Executivo federal ou municipal. Sendo assim, os pleitos eleitorais para governos estaduais são um tópico pouco pesquisado. Nesse contexto, o objetivo desta pesquisa é identificar quais são os principais fatores determinantes do sucesso nas disputas eleitorais para governador entre 2002 e 2010, assim como discutir se existem padrões de comportamento e se há influência do poder econômico e em que proporções. Para tanto, faz-se uso de um modelo *logit* com dados dos tribunais eleitorais. Os resultados apontam que não existe um padrão de conjunto de variáveis que explique de forma estatisticamente significativa o sucesso nas campanhas eleitorais para governador. Apenas os gastos declarados com campanha demonstraram significância estatística em todos os anos, inferindo ser uma variável determinante no sucesso em pleitos para governador, algo já apontado na literatura para outros cargos. Os modelos apontaram que a razão de chances de sucesso dos candidatos com maiores gastos foi de 2,1 a 5,4 vezes maior. A pesquisa contribui para a literatura, uma vez que aponta que variáveis como reeleição, sexo e apoio político, relevantes em outros contextos, não são significantes para determinar o sucesso eleitoral em disputas para governos estaduais. Por fim, destaca-se a importância do avanço de pesquisas que lancem luz sobre o que há de (in)comum nos determinantes de sucesso eleitoral dos candidatos a governador e demais cargos políticos.

**Palavras-chave:** Ciclos político-econômicos. Eleições. Modelo *logit*.

## Determinants of electoral success: an analysis of contests for governor in 2002, 2006 and 2010

**Abstract** – Deepening the knowledge about the elements that condition electoral success in Brazil is the motivating factor of this research. The literature on the subject mostly focuses on legislative, federal, and municipal executive positions. Thus, electoral elections for state governments are an under researched topic. In this context, the purpose of this research is to identify what are the main determinants of success in the electoral contests for governor between 2002 and 2010, as well as, discuss if there are patterns of behavior, and if there is influence of economic power and in what proportions. To this purpose, a logit model is used with data from the electoral courts. The results show there is no pattern of variable sets that explains in a statistically significant way the success in the electoral contests for governor. Only declared campaign expenditures showed statistical significance in all years, suggesting that it is a determining variable in success in elections for governor, something already pointed out in the literature for other posts. The models pointed out that the odds ratios of success for

<sup>1</sup> Este artigo é oriundo da dissertação de mestrado da primeira autora defendida no programa de Desenvolvimento Regional e Agronegócios da Universidade Federal do Tocantins - UFT.

<sup>2</sup> Economista e Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins – UFT. \*[jaqueline.boni2011@gmail.com](mailto:jaqueline.boni2011@gmail.com). ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-3029-1852>.

<sup>3</sup> Economista e Doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins – UFT. Professor do Instituto Federal do Tocantins – IFTO, e do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede (PROFIAP/UFT). \*[vribeiro@ifto.edu.br](mailto:vribeiro@ifto.edu.br). ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6003-7356>.

candidates with higher expenditures were 2.1 to 5.4 times higher. The research contributes to the literature, since it points out that variables such as reelection, gender, and political support, relevant in other contexts, are not significant in determining electoral success in contests for state governments. Finally, we highlight the importance of further research that sheds light on what is (in)common in the determinants of electoral success of candidates for governor and other political positions.

**Keywords:** Political-economic cycles. Elections. Logit model.

## Introdução

### A Teoria da Escolha Pública (TEP) e os ciclos político-econômicos

Desde o início, a ciência econômica priorizou seus estudos no funcionamento do mercado e nas escolhas privadas, em como os agentes transacionam, o que determina o modo de ação dos produtores e consumidores, e o âmbito político das escolhas ficou restrito à análise dos efeitos da regulamentação do governo sobre os preços, consumo e produção, ou seja, as decisões políticas existiam em função da economia para obter melhores resultados econômicos.

Mas essa relação entre economia e política vai muito além do foco dado pela economia tradicional, ou clássica. Surge então, em meados da década de 1940, a Teoria da Escolha Pública (TEP), que utiliza o instrumental analítico da economia para estudar o processo de decisão política numa democracia. Assim, a TEP é um método de análise fundamentado em princípios econômicos e aplicado aos objetos de estudo da ciência política, como o comportamento dos grupos de interesse, dos partidos políticos e dos burocratas, os efeitos das regras eleitorais etc. (BORSANI, 2004).

Dentro da TEP, foram desenvolvidos vários conceitos sobre a formação da escolha pública, entre eles os que se referem às regras de decisão coletiva e seus efeitos, a regra da maioria e o teorema do eleitor mediano. Entre os conceitos mais recentes da TEP, estão *logrolling*, os problemas de ação coletiva e grupos de interesse, *rent seeking*, a teoria da burocracia e os ciclos político-econômicos, sendo que apenas este último será especificado neste trabalho.

Os ciclos político-econômicos podem ser divididos em duas categorias principais: os clássicos e os racionais. No primeiro se encontra a teoria do ciclo político-econômico oportunista, que postula que o governo vive o *trade-off* inflação-desemprego e que manipula os instrumentos macroeconômicos de maneira oportunista, buscando se manter no poder. Para tanto, age, de forma geral, com redução do desemprego no período que antecede as eleições, com o custo de alta da inflação, para, depois de reeleito, agir de forma contrária, buscando um reequilíbrio. Outro modelo clássico é o de ciclo político-partidário, que define que a ação do governo vai se nortear pela ideologia do partido ao qual pertence. Ambos os modelos clássicos partem da premissa de que os eleitores possuem miopia política e votam retrospectivamente, de acordo com a variação do seu bem-estar no último ano do mandato (BORSANI, 2003, 2004; PREUSSLER, 2001)

A categoria dos ciclos racionais tem como principal diferença a inclusão da premissa de que as expectativas dos eleitores são criadas de forma racional. Ou seja, estes conseguem compreender como funciona a relação entre economia e política, podendo, assim, julgar as decisões políticas e punir ou premiar o governante (in)competente. O principal fator que justifica a existência dos ciclos político-econômicos no contexto da racionalidade dos agentes são as informações assimétricas. Assim, só os próprios políticos têm conhecimento de sua competência, enquanto os eleitores acabam analisando a competência através das variáveis econômicas, que podem, ainda, ser manipuladas em algum grau pelos políticos. Dentro da categoria dos modelos racionais, os principais são os modelos oportunistas racionais, em especial o modelo orçamentário e o modelo partidário racional (FIALHO, 1999; PREUSSLER, 2001).

### **Relevância, escopo da pesquisa e estado da arte**

Nesse contexto das escolhas públicas e dos ciclos político-econômicos, que são embasados pelo conjunto das escolhas individuais, especificamente no que tange à opção de voto numa eleição, o problema a ser investigado neste estudo é a falta de conhecimento sobre o que condiciona o sucesso eleitoral, de forma mais específica o sucesso eleitoral dos governadores de estado. De forma sintética, o objetivo desta pesquisa é identificar quais são os principais fatores determinantes do sucesso nas disputas eleitorais para governador em 2002, 2006 e 2010, assim como discutir se existem padrões de comportamento e se há influência do poder econômico e em que proporções. Tal objetivo, *per si*, adota a hipótese-base de que os investimentos financeiros nas campanhas, ou seja, os gastos com campanha, exercem grande influência no sucesso das disputas eleitorais.

A relevância deste trabalho deve-se, em particular, à escassez de pesquisas sobre o referido tema, pois praticamente a totalidade dos estudos sobre os determinantes de sucesso eleitoral tratam das disputas para o legislativo (senadores e deputados). Por sua vez, pesquisas que focalizam cargos do Executivo limitam-se a presidente e prefeitos. Logo, torna-se importante para o campo de pesquisa também investigar quais são os determinantes de sucesso em uma eleição para o cargo de governador e no que ela diverge ou converge em relação aos demais cargos políticos.

### **Literatura brasileira e os fatores determinantes do sucesso eleitoral**

A literatura nacional explora uma ampla gama de fatores e suas relações com o sucesso eleitoral, tais como gênero, sexo, idade, escolaridade, religião, ideologia, ocupação, rede de relacionamentos, tempo de partido, experiência política, localização geográfica, reeleição e financiamento de campanha (SAMUELS, 2001; LEMOS, MARCELINO, PEDERIVA, 2010; MANCUSO, 2015; HOROCHOVSKI *et al.*, 2016; ARRAES, AMORIM NETO, SIMONASSI, 2017; SACCHET, SPECK, 2012; MANCUSO, SPECK, 2015; DUFLOTH *et al.*, 2019; SECCHI, WINK JÚNIOR, MORAES, 2021).

Contudo, grande parte das pesquisas têm focalizado discutir o papel do dinheiro nas eleições brasileiras. Tal literatura destaca a importância do financiamento político para o êxito nas eleições. Como destacam Mancuso (2015) e Eduardo e Araújo (2016), a literatura sobre financiamento de campanha tem apontado a importância do dinheiro e dos atributos dos candidatos em eleições realizadas nas democracias contemporâneas. Nessa esteira, Lemos, Marcelino e Pederiva (2010) apontam, a partir de dados das eleições para o Senado (2002 e 2006), que os eleitos gastam 5 vezes mais, em média, do que aqueles candidatos não eleitos.

Como afirma Mancuso (2015), diversas pesquisas, em geral para os cargos de prefeito, presidente ou do Legislativo, correlacionam os investimentos em campanha (variável independente) e o desempenho eleitoral (variável dependente). Contudo, como alerta o pesquisador, um problema ou desafio em comum dessas pesquisas é o de omitir outras variáveis independentes relevantes, tais como mandato (*incumbency*) e ocupação de cargos públicos e/ou partidários.

Em eleições também para o Legislativo, no caso da Câmara dos Deputados entre 2002 e 2010, Mancuso e Speck (2015) concluem que aqueles candidatos que recebem os maiores volumes de recursos financeiros empresariais nas campanhas têm razão de chance de vitória entre 6,2 e 12 vezes maior. A última pesquisa também reforça que os candidatos que buscam a reeleição têm chance significativamente maior de vitória em comparação com seus adversários. Isso reforça a importância do capital político aliado ao financiamento eleitoral. Nessa mesma linha, Arraes, Amorim Neto e Simonassi (2017) afirmam, a partir de dados da campanha legislativa cearense de 2010, que o financiamento de campanha é crucial para o sucesso eleitoral e que os candidatos *incumbency* têm vantagem significativa na obtenção de votos. Os mesmos autores adicionam que os resultados também são impactados pela localização geográfica dos municípios, pelo estado civil do candidato e sua filiação ou não à coligação do governador.

Adicionalmente, Da Silva e Cervi (2017) indicam que os resultados das eleições para a Câmara dos Deputados (2010 e 2014) estão relacionados não somente ao volume de dinheiro, mas também ao grau participação de doações oriundas de empresas e partidos no montante total. Secchi, Wink Júnior e Moraes (2021), analisando a estratégia de financiamento coletivo (*crowdfunding*) para campanhas de candidatos a deputado federal na eleição de 2018, apontam um aumento na probabilidade de vitória (5,5 p.p) para os candidatos que se valeram do *crowdfunding*.

Por fim, é importante destacar que esta pesquisa analisa os determinantes do sucesso eleitoral para os cargos do Executivo estadual, algo curiosamente bastante incomum na literatura, e também, assim como sugere Mancuso (2015), busca explicar o sucesso eleitoral a partir do financiamento de campanha e de outras variáveis independentes.

### Materiais e métodos

Os dados utilizados neste estudo compreendem o período de 2002 a 2010, alcançando três campanhas eleitorais realizadas para o cargo de governador em todos os estados brasileiros. Ou seja, foram analisados os processos eleitorais de 2002, 2006 e 2010, com todos os candidatos dos 26 estados, mais o Distrito Federal, totalizando os 27 governadores.

Por se tratar especificamente de variáveis relacionadas ao processo eleitoral, entre elas a situação do candidato (se eleito ou não), gastos com campanha, sexo e partidos dos candidatos, os dados foram obtidos, em sua maioria, no banco de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), nas bases de estatísticas de eleição e nos sistemas de prestação de contas. Já as variáveis relacionadas às coligações foram obtidas nos sites dos Tribunais Regionais Eleitorais (TRES).

Ao total foram utilizadas sete variáveis explicativas (independentes). A *Incumbency* é uma *proxy* de capital político, uma *dummy* assumindo o valor 1 para o candidato que já era governador e estava disputando reeleição e valor 0 para o candidato desafiante (*challenger*). A variável **Sexo**, também qualitativa, assumiu valor 1 para candidato do sexo masculino e 0 para o feminino, e foi incluída no modelo para testar se ser candidato homem ou mulher apresenta algum impacto na chance de sucesso eleitoral.

A **LnDesp** é a variável relacionada aos gastos com campanha, sendo o logaritmo natural da despesa com campanha declarada pelo candidato do candidato junto ao TSE. A partir da revisão da literatura, esta é considerada a principal variável explicativa.

Para as variáveis de cunho mais político, ou melhor, partidário, utilizou-se uma *dummy* para representar se o candidato pertence ao partido do atual presidente, **Ppres**, 1 se sim e 0 se não; e outra que representa se o candidato pertence a partido coligado ao do atual presidente, **Cpres**. Ainda se optou por incluir as relações partidárias estaduais, através de uma *dummy* para representar se o candidato pertence ao partido do atual governador e outra para representar se o candidato pertence ao partido coligado ao do atual governador, **Pga** e **Cga**, respectivamente. Todas as *dummies* assumiram valores 1 para o caso positivo e 0 para o negativo.

A Tabela 1 apresenta todas as variáveis utilizadas, bem como o comportamento esperado de cada uma delas, segundo a literatura existente.

Tabela 1 – Quadro de Variáveis

Sigla	Definição da Variável	Sinal esperado
Incumbency	Candidato tentando reeleição	(+)
Sx	Candidato ser do sexo masculino ou feminino	(+)
Lndesp	Logaritmo natural da despesa com a campanha declarada	(+)
Ppres	Candidato pertencer ao partido do atual presidente	(+)
Cpres	Candidato ter em sua coligação o partido do atual presidente	(+)
Pga	Candidato pertencer ao partido do atual governador	(+)
Cga	Candidato ter em sua coligação o partido do atual governador	(+)

Fonte: Elaboração própria (2021)

Segundo Fernandes *et al.* (2021) o uso de variáveis dependentes binárias (0 ou 1) é comum na pesquisa empírica do campo da ciência política. Os autores apontam, adicionalmente, que estudos que analisam o evento de vencer ou perder uma disputa eleitoral fazem uso, por exemplo, de modelos de regressão logística (*logit*). Tal técnica é adequada para modelar a variação da variável dependente binária a partir de um conjunto de variáveis independentes (explicativas). Nesse contexto, o modelo completo utilizado para estimação do *logit* para cada ano foi:

$$Y = \beta_0 + \beta_1 \text{Incumbency} + \beta_2 Sx + \beta_3 \text{Lndesp} + \beta_4 Ppres + \beta_5 Cpres + \beta_6 Pga + \beta_7 Cga + \varepsilon$$

Em que:

$Y = \text{dummy}$  de eleito, sucesso eleitoral<sup>4</sup>;

$\text{Incumbency} = \text{dummy}$  que representa se o candidato está disputando reeleição ou não;

$Sx = \text{dummy}$  que representa o sexo candidato;

$\text{Lndesp} = \text{variável}$  que representa o logaritmo natural do gasto com a campanha declarado;

$Ppres = \text{dummy}$  que representa se o candidato é do partido do presidente ou não;

$Cpres = \text{dummy}$  que representa se o candidato pertence à coligação do presidente ou não;

$Pga = \text{dummy}$  que representa se o candidato é do partido do atual governador;

$Cga = \text{dummy}$  que representa se o candidato pertence à coligação do atual governador ou não; e

$\varepsilon =$  representa o termo de erro estocástico.

Depois da especificação do modelo, procedeu-se às estimações utilizando o software STATA (*Statistics Data Analysis*) versão 12. Foram adotados alguns procedimentos adicionais, uma vez que modelos *logit* naturalmente apresentam algumas irregularidades. Comumente, nas estimações dos modelos *logit*, ocorre o problema da heterocedasticidade, mas as devidas correções foram realizadas e, com isso, obteve-se um modelo mais robusto.

Após realizar o processo de estimação para os dois modelos (completo e simplificado) e para todos os três pleitos, foram geradas algumas outras estatísticas para auxiliar as análises, entre elas o efeito marginal das variáveis, a estatística de classificação (*correctly classified*) e a razão de chances (*Odds Ratio*) de todas as variáveis.

Para proceder às estimações dos modelos econométricos, houve a necessidade de um corte na base de dados das eleições de 2002, em que foram retirados todos os candidatos a governador do estado de Pernambuco devido à inexistência de prestação de contas (gastos e receitas) de campanha do candidato eleito no referido ano, não justificando, assim, a inclusão dos outros candidatos.

## Resultados e discussões

A partir do banco de dados, foi elaborada a Tabela 2, na qual estão contidas as estatísticas descritivas de cada amostra específica.

Tabela 2 – Descrição do plano amostral

Variáveis	2002	2006	2010	Total
Candidatos	144	163	153	460
Eleitos	26	26	27	79
<i>Incumbency</i>	7	13	11	31
<i>Incumbency</i> eleito	5	9	7	21
Candidatos homens	128	141	136	405
Candidatas mulheres	16	22	17	55

<sup>4</sup> A pesquisa trata sucesso eleitoral como eleição do candidato, independentemente do turno.

Homens eleitos	24	24	25	73
Mulheres eleitas	2	3	2	7
Ppres	12	19	10	41
Ppres eleito	7	5	5	17
Cpres	22	25	27	74
Cpres eleito	11	7	13	31
Pga	20	17	17	54
Pga eleito	11	10	11	32
Cga	24	24	27	75
Cga eleito	12	12	16	40

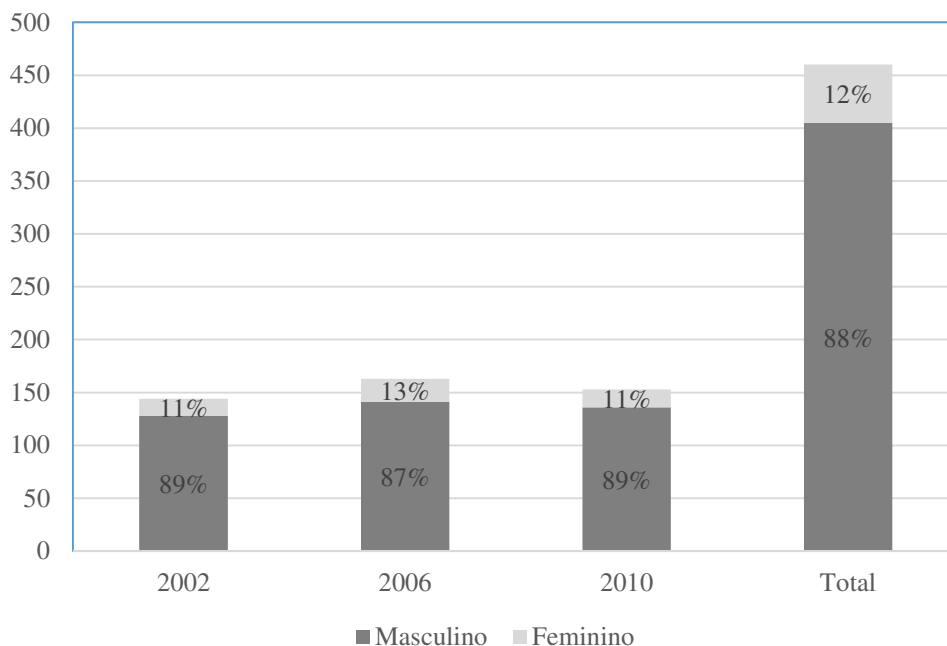
Fonte: Elaboração própria (2021)

Na eleição de 2002, para o cargo de governador, houve 144 candidatos, dos quais somente 16 do sexo feminino — caracterizando um pleito predominantemente masculino —, e, entre estas, apenas 2 foram eleitas. Outro dado relevante é que 5 dos candidatos eleitos eram *incumbency's*, de um total de 7 candidatos à reeleição, representando, assim, um percentual de mais de 70% de eleitos entre os que se recandidataram.

Nas eleições seguintes, 2006, para o mesmo cargo, houve 163 candidatas, sendo novamente mantida a predominância de candidatos homens, 141, com 24 eleitos, mas elevou-se o número de candidatas mulheres para 22, sendo 3 delas eleitas. Já entre os 13 candidatos *incumbency's*, 9 foram reeleitos, representando, assim, um percentual de 69% de sucesso dos candidatos que tentaram reeleição.

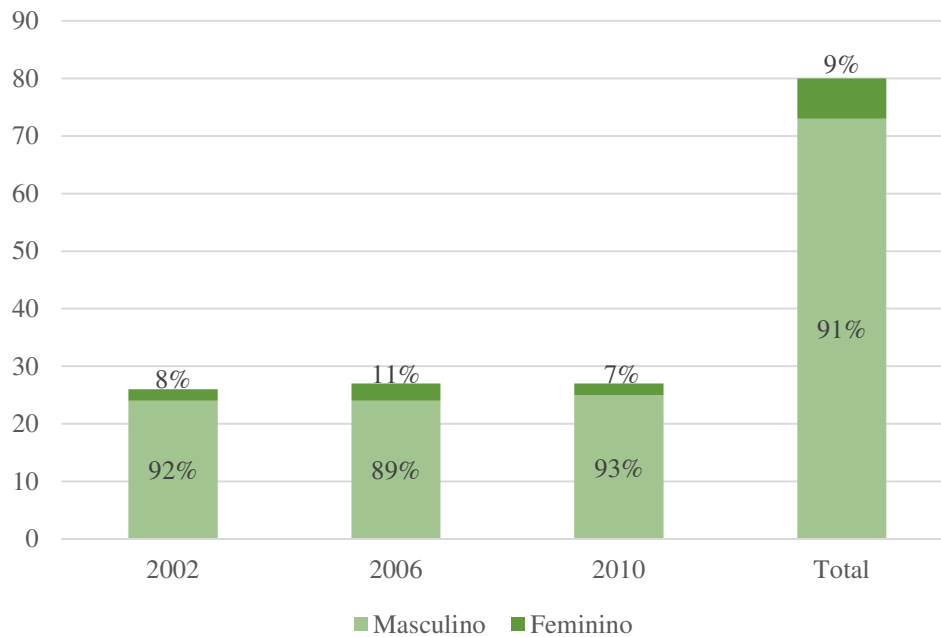
Já nas eleições 2010 foram 153 candidatos participantes, sendo 17 candidatas mulheres e, entre elas, 2 eleitas. Dos 136 candidatos homens, 25 foram eleitos, mantendo, assim, um perfil de candidatos predominantemente masculino. Em relação aos candidatos *incumbency's*, estes totalizaram 11, sendo 7 reeleitos, caindo, assim, o percentual de sucesso desses candidatos comparado a 2006. Os Gráficos 1 e 2 ilustram, para os três pleitos, a evolução das candidaturas e eleições por sexo, respectivamente, enquanto o Gráfico 3 apresenta a evolução do sucesso eleitoral dos candidatos à reeleição.

Gráfico 1 – Candidaturas ao cargo de governador por sexo



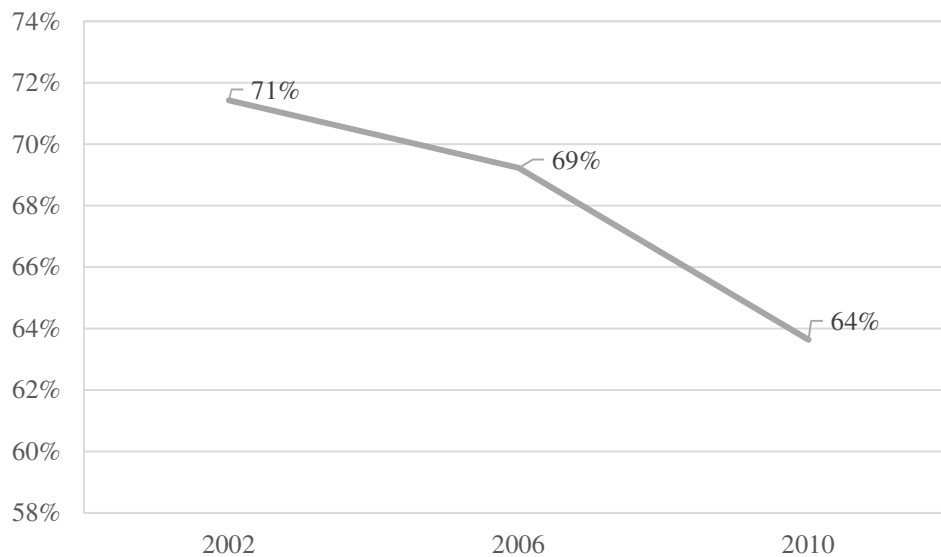
Fonte: Elaboração própria (2021)

Gráfico 2 – Candidaturas eleitas ao cargo de governador por sexo



Fonte: Elaboração própria (2021)

Gráfico 3 – Taxa de eleição dos candidatos à reeleição para governo estadual



Fonte: Elaboração própria (2021)

Quanto ao pertencimento à coligação ou ao partido dos presidentes ou atuais governadores, observa-se que o panorama se manteve bastante semelhante ao longo dos três pleitos, com exceção ao pleito de 2006, no qual houve um número maior de candidatos pertencentes ao partido do presidente (19 candidatos) e menor de candidatos eleitos da coligação do presidente (7 candidatos). Ressalva também deve ser feita ao pleito de 2010, no qual aumentou o número de candidatos eleitos da coligação do governador (16 candidatos).

#### **Estimativas dos modelos *logit* para as eleições estaduais de 2002 a 2010**

Nesta subseção serão analisados e discutidos os resultados das regressões logísticas das eleições de 2002, 2006 e 2010 para o cargo de governador. As variáveis contidas nos modelos são a tentativa de reeleição, o sexo, a despesa, o logaritmo da despesa, ser do partido e/ou coligação do presidente e pertencer ao partido e/ou à coligação do governador atual.

Os resultados das estimações dos modelos realizados para as eleições de 2002, 2006 e 2010 constam, respectivamente nos Anexos 1, 2 e 3, nos quais se encontram as variáveis e seus respectivos coeficientes, erros padrão e nível de significância estatística. Adicionalmente, pode-se verificar o *Odds Ratio*<sup>5</sup> e o efeito marginal<sup>6</sup>.

Para todos os pleitos, apenas a variável referente à despesa foi estatisticamente significativa, ao nível de 1%. Para o ano de 2002, pertencer à coligação do presidente também foi estatisticamente significativa, contudo a um nível de 10%. As demais variáveis, para os demais anos, não foram significantes estatisticamente, ao nível de pelo menos 10%.

### **Eleições de 2002**

O primeiro modelo foi estimado com a população de candidatos a governador no ano de 2002, salvo a exceção mencionada na metodologia, que totalizou 144 observações. O modelo apresentou um *Pseudo R2*<sup>7</sup> de 0,528, o que significa dizer que aproximadamente 53% da variação da variável dependente (sucesso eleitoral) pode ser explicada pelas variáveis independentes. Já a estatística de classificação (*correctly classified*)<sup>8</sup> foi 90,28%, ou seja, pode-se dizer que, de modo geral, o modelo prevê 90% das observações de modo correto.

Partindo para as estimativas de cada variável separadamente, em especial para a razão de chances, pertencer à coligação do presidente (Cpres) aumentou as chances de o candidato ter sucesso em quase 3,6 vezes em relação a um candidato que não pertencia à coligação do presidente. Já a variável de gastos com campanha (Lndesp) elevou as chances de quem investe mais em 5,4 vezes, aproximadamente.

### **Eleições de 2006**

Os resultados obtidos para as eleições de 2006 encontram-se no Anexo 2. A regressão partiu de um universo de 163 observações. O *Pseudo R2* apresentou um valor de 0,50, ou seja, 50% da variação da variável dependente explica-se pelas variáveis independentes. Adicionalmente, a estatística de classificação apresentou o valor de 88%, ou seja, de modo geral, o modelo prevê 88% das observações de modo correto.

Por fim, o modelo de 2006 apontou que ter um maior gasto com campanha aumentou em 4 vezes as chances de alcançar o sucesso eleitoral, magnitude maior do que a observada em 2002 (5,4 vezes).

### **Eleições de 2010**

O último modelo, Anexo 3, partiu do universo de 153 observações. Conforme os resultados da estimação para o ano de 2010, o modelo apresentou um *Pseudo R2* de 0,43. Logo, 43% da variação da variável dependente explica-se pelas variáveis independentes.

O modelo apresentou 87,6% na estatística de classificação, ou seja, pode-se dizer que, de modo geral, o modelo prevê quase 88% das observações de modo correto. Em síntese, para 2010, assim como nos pleitos anteriores, a variável de gastos de campanha também foi significativa, contudo apresentou a menor razão de chances, sendo igual a 2 vezes. A Tabela 3 apresenta as variáveis significativas nos três modelos, seus coeficientes e razões de chances.

---

<sup>5</sup> *Odds ratio*, ou razão de chances, apresenta a chance de ocorrência de um evento. No caso da pesquisa, apresenta a magnitude de aumento das chances de sucesso eleitoral dos candidatos. Diferente da probabilidade, que apenas pode assumir valores entre 0 e 1, a chance pode variar de 0 a infinito (FERNANDES *et al.*, 2021).

<sup>6</sup> Lido em termos percentuais, o efeito marginal positivo indica que a probabilidade do sucesso eleitoral aumenta à medida a variável dependente aumenta, ou seja, se aproxima de 1.

<sup>7</sup> O pseudo-R2 varia entre 0 e 1, indicando que o modelo é bem ajustado e explicativo quanto maior for o valor.

<sup>8</sup> Revela, em termos percentuais, o quanto o modelo prevê corretamente as observações. No caso desta pesquisa, aponta o quanto cada modelo prevê corretamente os candidatos eleitos a partir das variáveis explicativas.



Tabela 3 – Variáveis significativas do modelo e razões de chances

Pleito Eleitoral	Variáveis	Coef.	Odds Ratio
2002	Lndesp	1.684 (0.401)*	5.387
	Cpres	1.273 (0.721)**	3.571
2006	Lndesp	1.371 (0.302)*	3.941
2010	Lndesp	0.695 (0.272)*	2.005

Notas: \* Significante a 1%; \*\*\* Significante a 10%; Lndesp: Logaritmo natural da despesa com a campanha declarada; Cpres: Candidato ser da coligação do partido do presidente mandatário.

Fonte: Elaboração própria (2021)

### Um quadro geral: eleições para governo estadual e os demais cargos políticos no Brasil

Em resumo, os resultados mostram que não existe um padrão de conjunto de variáveis que explique de forma estatisticamente significativa o sucesso nas campanhas eleitorais para governador. Pode-se observar que a única variável com fator determinante na explicação do sucesso eleitoral, no período estudado, foi a despesa com campanha declarada. Isso coaduna com o que a literatura sobre o tema aponta para outros cargos eletivos (prefeitos, deputados, senadores e presidentes), como sintetizado por Mancuso (2015). Ainda segundo Mancuso (2015), em linhas gerais, essa variável aumentou as razões de chances nas eleições entre 3,9 e 2,1 vezes.

Por outro lado, é interessante destacar que, pelo modelo especificado, a variável *incumbency* não foi significativa para explicar o sucesso eleitoral, mesmo com os candidatos à reeleição obtendo um êxito médio de 68% nas disputas eleitorais. Essa conclusão diverge das análises sobre candidatos *incumbency* de Mancuso e Speck (2015) e Arraes, Amorim Neto e Simonassi (2017), para deputados estaduais e federais, nesses mesmos pleitos eleitorais.

Outro ponto divergente é em relação ao que afirmam Mancuso e Speck (2015): “[...] verifica-se associação positiva e significativa entre exercício de mandato e presença no grupo de candidatos mais financiados por empresários”. Apesar de os dados da presente pesquisa tratarem de gastos em campanha no geral, sem discriminar a fonte, é importante destacar que para o cargo de governador os valores médios gastos pelos candidatos à reeleição e os desafiantes foram diferentes e crescentes ao longo dos anos, apresentando diferenças estatisticamente significativas entre as médias<sup>9</sup> dos dois grupos.

O identificado na presente pesquisa converge apenas parcialmente com o que apontam Mancuso e Speck (2015). Isso porque, apesar de os *incumbency's* terem declarado um valor médio de gasto mais alto em 2002 e 2006, os candidatos desafiantes desembolsaram um valor médio mais alto em relação aos governadores que buscavam reeleição na eleição mais recente analisada (2010), na qual os volumes de gastos foram significativamente maiores. Em 2002, os mandatários gastaram em média R\$ 1,265 milhões, já os desafiantes, R\$ 1,238 milhões. Em 2006, os valores subiram para R\$ 2,349 milhões (mandatários) e R\$ 2,268 (desafiantes). E por fim, em 2010, deram um grande salto para R\$ 4,652 milhões (mandatários) e R\$ 4,732 milhões (desafiantes).

Esse quadro geral reforça a importância do avanço de pesquisas que investiguem e esclareçam os determinantes de sucesso nas campanhas para governos estaduais e no que elas convergem ou divergem em relação aos outros cargos do Executivo e do Legislativo brasileiro.

<sup>9</sup> Realizou-se o teste de Mann-Whitney para analisar a diferença entre as médias dos *incumbency's* e não *incumbency's*.

## Considerações finais

Conhecer como se dá a interação entre política e economia é fundamental para compreender como a sociedade faz suas escolhas e as implicações delas. Essa relação é conhecida desde os primórdios da sociedade humana, em que para ter voz (e naquela época nem existia voto) e se fazer ouvido já era necessário ter posses, fossem elas financeiras ou intelectuais. O Brasil tem uma história política que permite averiguar esse entendimento histórico. As diversas constituições e os códigos eleitorais traçam uma linha do tempo dos sistemas eleitorais e direitos sociais. Nessa trajetória histórica se observa claramente a influência do dinheiro, num primeiro momento, na obtenção do direito a voz e voto, e, posteriormente, com o sufrágio, que só alcançou a sociedade como um todo em 1932.

Embora o fator financeiro tenha deixado de ser elemento exclusivo do acesso à política por meio do voto, este não o deixou de ser para se tornar um político em si, ou seja, ser eleito (ou mesmo se candidatar) e ter chances de sucesso. Isso porque, como a literatura aponta e os resultados dessa pesquisa ratificam, o dinheiro ainda é sim um fator determinante na disputa política, especificamente nas chances de sucesso eleitoral.

Fica evidente que outros fatores são importantes para se obter sucesso nas urnas. Exemplo disso é que, para os três pleitos estudados, o máximo de explicação do sucesso eleitoral alcançado pelos modelos foi 53% (2002). Isso significa dizer que aproximadamente metade dos fatores determinantes para o êxito nas urnas não foram esclarecidos nesta pesquisa.

A não significância de algumas variáveis especificadas nos três modelos, que implica que estas não podem ser consideradas como determinantes para o sucesso eleitoral do Executivo estadual, também é um resultado importante desta pesquisa, sobretudo quando contraposta a outras que apontaram, por exemplo, reeleição (*incumbency*), sexo e questões políticas partidárias como relevantes para o sucesso eleitoral em outros cargos do Executivo e do Legislativo. Isso indica que determinantes do sucesso eleitoral podem não ser homogêneos, mas sim variar conforme o cargo em disputa.

A pesquisa também aponta que para os três pleitos estudados a única variável que manteve sua importância consistente foi a relacionada aos gastos declarados com campanha, ponderando que em 2002 outra variável do âmbito político (pertencer à coligação do presidente) contribuiu para a explicação do sucesso eleitoral. Esse cenário provoca duas inferências imediatas.

Primeiro, que ter maiores investimentos financeiros nas campanhas é, e ainda será por algum tempo, fator determinante do sucesso em disputas eleitorais. No caso desta pesquisa, ter maiores gastos declarados com campanha aumentou as razões de chances de sucesso nas eleições em 5,4 vezes (2002), 3,9 vezes (2006) e 2,1 vezes (2010).

Segundo, que, como a maturidade política no Brasil ainda está em transformação, visto que a democracia foi restabelecida apenas no final da década de 1980, parece plausível que fatores relacionados a questões políticas partidárias e ideológicas se desenvolvam e tomem seu devido lugar nas decisões de voto e políticas ao longo do tempo. Inclusive, investigar em que peso essas questões influenciaram as eleições subsequentes (2014, 2018 e 2022) se coloca como um campo fértil de pesquisa que pode lançar uma luz sobre a hipótese anterior.

Como limitações e contribuições futuras, além do que já foi pontuado, indicamos que o desenho metodológico de dados em painel é uma boa alternativa para comparar os resultados dos modelos aqui estimados, seja nesse mesmo recorte temporal, seja para pleitos seguintes. Adicionalmente, a tarefa de investigar e considerar outras variáveis explicativas deve naturalmente melhorar a especificação do modelo, com medidas de ajustes mais significativas. Por fim, o foco no cargo do Executivo estadual, que limita a pesquisa, mas também lhe traz um caráter inovador, deve ser mais explorado em trabalhos futuros. Isso poderá esclarecer melhor, por exemplo, o que há de (in)comum nos determinantes de sucesso eleitoral dos pleiteantes desse e demais cargos políticos.

## Referências

ARRAES, R.; AMORIM NETO, O.; SIMONASSI, A. Despesas de campanha e sucesso eleitoral nos pleitos legislativos brasileiros. **Dados**, [s. l.], v. 60, 2017.

BORSANI, H. **Eleições e Economia**: Instituições políticas e resultados macroeconômicos na América Latina (1979-1998). Belo Horizonte: UFMG, 2003.

BORSANI, H. Relações entre Política e Economia: Teoria da Escolha Pública. *In*: BIDERMAN, C.; ARVATE, P. **Economia do Setor Público no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

DA SILVA, B. F.; CERVI, E. U. Padrões de financiamento eleitoral no Brasil: as receitas de postulantes à Câmara dos Deputados em 2010 e 2014. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [s. l.], v. 23, 2017.

DUFLOTH, S. C. *et al.* Atributos e chances de sucesso eleitoral de prefeitos no Brasil. **Revista de Administração Pública**, [s. l.], v. 53, 2019.

EDUARDO, F. L.; ARAÚJO, V. Perfil do candidato ou dinheiro: de onde vem o sucesso eleitoral dos candidatos, em eleições proporcionais no Brasil?. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, [s. l.] v. 25, n. 1, 2016.

FERNANDES, A. A. T. *et al.* Leia este artigo se você quiser aprender regressão logística. **Revista de Sociologia e Política**, [s. l.], v. 28, 2021.

FIALHO, T. M. M. Ciclos Políticos: uma resenha. **Revista de Economia Política**, [s. l.], v. 19, n. 2 (74), 1999.

HOROCHOVSKI, R. R. *et al.* Estruturas de poder nas redes de financiamento político nas eleições de 2010 no Brasil. **Opinião Pública**, [s. l.], v. 22, 2016.

LEMONS, L. B.; MARCELINO, D.; PEDERIVA, J. H. Porque dinheiro importa: a dinâmica das contribuições eleitorais para o Congresso Nacional em 2002 e 2006. **Opinião pública**, [s. l.], v. 16, n. 2, 2010.

MANCUSO, W. P. Investimento eleitoral no Brasil: balanço da literatura (2001-2012) e agenda de pesquisa. **Revista de Sociologia e Política**, [s. l.], v. 23, 2015.

MANCUSO, W. P.; SPECK, B. W. Financiamento empresarial na eleição para deputado federal (2002-2010): determinantes e consequências. **Teoria & Sociedade**, [s. l.], v. 23, n. 2, 2015.

PREUSSLER, A. P. da S. **Um estudo empírico dos Ciclos Político-Econômicos no Brasil**. 2001. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

SACCHET, T.; SPECK, B. W. Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006. **Opinião Pública**, [s. l.], v. 18, 2012.

SAMUELS, D. Money, elections, and democracy in Brazil. **Latin American Politics and Society**, [s. l.], v. 43, n. 2, p. 27-48, 2001.

SECCHI, L.; WINK JUNIOR, M. V.; MORAES, C. J. de. Crowdfunding e desempenho eleitoral no Brasil: análise estatística das eleições para deputado federal em 2018. *Revista de Administração Pública*, [s. l.], v. 55, 2021.

## Agradecimentos

*In memoriam* de Lorrane Primo.

## Anexo 1

Tabela A.1 – Resultado da estimação do modelo *logit* para o ano de 2002

Variáveis	Coef.	Odds Ratio	Ef. Marginal
Incumbency	1.078 (1.366) <sup>****</sup>	2.940	0.008
Sexo	0.788 (1.003) <sup>****</sup>	2.198	0.003
Lndesp	1.684 (0.401) <sup>*</sup>	5.387	0.007
Ppres	0.083 (0.871) <sup>****</sup>	1.086	0.000
Cpres	1.273 (0.721) <sup>***</sup>	3.571	0.009
Pga	0.860 (1.629) <sup>****</sup>	2.364	0.005
Cga	-1.032 (1.614) <sup>****</sup>	0.356	-0.003
Constante	-25.841 (5.926) <sup>*</sup>		
Wald chi2	20.53		
Pseudo R <sup>2</sup>	0.5276		
Correctly classified	90.28%		
Obs.	144		

\* Significante a 1%

\*\* Significante a 5%

\*\*\* Significante a 10%

\*\*\*\* Significante a mais de 10%

Fonte: Elaboração própria (2021)

## Anexo 2

Tabela A.2 – Resultado da estimação do modelo *logit* para o ano de 2006

Variáveis	Coef.	Odds Ratio	Ef. Marginal
Incumbency	0.971 (0.867) <sup>****</sup>	2.640	0.009
Sexo	-0.042 (0.741) <sup>****</sup>	0.959	0.000
Lndesp	1.371 (0.302) <sup>*</sup>	3.941	0.008
Ppres	0.184	1.202	0.001

	(1.023)****		
Cpres	0.387	1.473	0.003
	(0.784)****		
Pga	0.780	2.181	0.006
	(1.056)****		
Cga	-0.870	0.419	-0.004
	(0.902)****		
Constante	-21.548		
	(4.561)*		
Wald chi2	25.37		
Pseudo R <sup>2</sup>	0.5035		
Correctly classified	88.34%		
Obs.	163		

\* Significante a 1%

\*\* Significante a 5%

\*\*\* Significante a 10%

\*\*\*\* Significante a mais de 10%

Fonte: Elaboração própria (2021)

### Anexo 3

Tabela A.3 – Resultado da estimação do modelo *logit* para o ano de 2010

Variáveis	Coef.	Odds Ratio	Ef. Marginal
Incumbency	0.010	1.010	0.000
	(1.103)****		
Sexo	0.747	2.111	0.017
	(1.438)****		
Lndesp	0.695	2.005	0.021
	(0.272)*		
Ppres	0.935	2.547	0.042
	(1.078)****		
Cpres	0.185	1.203	0.006
	(0.771)****		
Pga	0.169	1.185	0.005
	(1.156)****		
Cga	1.321	3.745	0.061
	(0.823)****		
Constante	-12.963		
	(4.170)*		
Wald chi2	28.23		
Pseudo R <sup>2</sup>	0.432		
Correctly classified	87.58%		
Obs.	153		

\* Significante a 1%

\*\* Significante a 5%

\*\*\* Significante a 10%

\*\*\*\* Significante a mais de 10%

Fonte: Elaboração própria (2021)